



**BASTA! Nós somos Seres Humanos! Não somos Números!
QUEREMOS MUDANÇAS! QUEREMOS AÇÕES!**

**Delegação Portuguesa 2015
– 14º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza -
Bruxelas, 19 e 20 de Novembro de 2015**

1 - Contexto

Sabemos que muitos acontecimentos recentes levam-nos a questionar até que ponto se caminha para o fim da pobreza e da exclusão social ou, se pelo contrário, se caminha para o seu agravamento e sobretudo para a disparidade na distribuição do rendimento entre países.

A crise humanitária que vivemos com os refugiados, a incerteza na tomada de decisão por parte dos líderes europeus face a este fenómeno, as manifestações xenófobas que vamos assistindo um pouco por toda a Europa, levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança.

Em relação a Portugal e se olhássemos apenas para os números ficaríamos assustados com o número de crianças em Portugal que se encontra em situação de pobreza e ou exclusão social e ficávamos igualmente assustados com os números da emigração e com os números do desemprego jovem. Aqui falamos apenas das novas gerações, daquelas que irão escrever o futuro de Portugal. E estas novas gerações não têm uma herança muito promissora, não vislumbram oportunidades no nosso país e não se encontram confiantes para encarar os múltiplos desafios que se avizinham.

Depois temos também múltiplos desafios quando nos voltamos para a população idosa em Portugal, pois o índice de envelhecimento da população em Portugal é elevadíssimo e com projecções de longo prazo muito pouco animadoras.

Quanto aos adultos em idade ativa continuamos com elevadas taxas de desemprego jovem e desemprego de longa duração e, acima de tudo, continuamos com um número de trabalhadores pobres surpreendentemente alto e que não está necessariamente relacionado com o fenómeno da crise; sempre assim foi. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina, afetando sobretudo as mulheres.

Este retrato da população portuguesa é real e importa alertar as consciências, os cidadãos para estes factos; é este o nosso papel, é este o nosso direito e dever!

Conduzir à mudança, conduzir à ação, denunciando esta situação como uma grave injustiça social e procurando mobilizar as consciências para que se reconheça a pobreza como uma situação intolerável à luz dos direitos humanos fundamentais. Em variadíssimos momentos temos defendido a ideia de que a pobreza ofende e viola a dignidade da pessoa humana, atenta contra o seu direito à vida e impede o exercício da liberdade e nesse sentido constitui uma grave ameaça à participação e à democracia.

Assim, o conhecimento, as inquietações, os apelos e as propostas que aqui apresentamos resultam do contacto com a realidade e em testemunhos na primeira pessoa, e são, em primeira instância, as inquietações, os problemas e os apelos de quem vive em situação de pobreza e/ exclusão social, e de todos os outros cidadãos que contribuem também com o seu trabalho, empenho, e opinião para a identificação de melhores caminhos por onde todos possam caminhar dignamente.

2 - Situação de pobreza e de exclusão social na Europa e em Portugal

2.1 – Dados Estatísticos

Os dados estatísticos oficiais existentes¹ sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões deste problema social, no entanto, aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir acompanhando os progressos que estão em curso e igualmente os retrocessos.

- Em 2013, 24.5% da população europeia (aproximadamente 122.6 milhões de pessoas na EU28) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 27.5%.

- Privação Material: 9.6% da população na UE28, em 2013, estavam em situação de privação material severa. Para Portugal a percentagem foi de 10.9% em 2013 e em 2014 estima-se uma ligeira descida para 10.6%.

- No que diz respeito aos dados do INE, em 2013, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004.

- Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2013, seria de 25.9%, mais 6.4 pp do que a taxa de pobreza verificada através do cálculo normal. Verifica-se um aumento no risco de pobreza junto de todos os grupos etários, sendo que é junto dos mais idosos que se encontra uma maior discrepância entre o risco de pobreza de 2013 (15.1%).

¹ Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Eurostat terem sempre como período de referência o rendimento monetário anual líquida das famílias do ano anterior, os dados conhecidos e divulgados neste documento têm como referência sobretudo o ano de 2013.

- Em 2013, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.2 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferia 11.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre (10.7 em 2012 e 10.0 em 2011).
- Em Portugal, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004.
- Tendo em conta os grupos etários, verifica-se um aumento desta taxa nos diferentes escalões entre 2012 e 2013. Tanto para as crianças como para os adultos entre os 18 e os 64 anos, a taxa de risco de pobreza de 2013 é a mais elevada dos últimos 10 anos.
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%.
- Os últimos dados do INE indicam quem, em 2014, 27.5% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que para os homens era de 26.7% e para as mulheres de 28.1%.
- Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2013, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.2 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- Os dados do INE apontam para a existência de 726 mil pessoas em situação de desemprego em 2014, o que representa um decréscimo homólogo de 15.1% (menos 129,2 mil pessoas).
- É junto dos jovens que a taxa de desemprego atinge valores mais elevados. Em 2014, mais de um terço dos jovens entre os 15 e os 24 anos que se encontravam disponíveis para trabalhar estavam em situação de desemprego (34.8%).

3 Delegação Portuguesa 2015: principais conteúdos

3.1 - Experiência (individual/coletiva) de pobreza

Hoje, mais do que nunca, a pobreza e a exclusão social enquanto fenómenos sociais vão perdendo as suas fronteiras, e deixando de ser fenómenos periféricos, vinculados a grupos, características e condições, para se tornarem um problema que atinge massivamente uma grande parte da população no nosso país. O empobrecimento que resulta do desemprego, do emprego precário, da perda do rendimento médio disponível das famílias, da crise de proteção e de segurança, faz com que toda a sociedade perca bem-estar e generaliza a vulnerabilidade social. Segundo um dos delegados, *“a pobreza em si já é má, mas quando a pessoa é excluída, a pessoa sente-se um farrapo”*. Os domínios mais visíveis da pobreza em Portugal situam-se sobretudo nos setores da habitação, saúde, educação e emprego.

Neste sentido, a maior parte dos delegados portugueses vivenciam uma situação de desemprego de longa duração. Esta situação agrava-se quando estamos perante um mercado

de trabalho caracterizado por uma forte insegurança e precariedade (contratos a prazo, entre outros), assim como uma forte prevalência de uma economia informal que aumenta os riscos de pobreza visto que o trabalho temporário, irregular e a subocupação não são considerados situações de desemprego. Neste sentido, não existe proteção social para estas pessoas.

Paralelamente, assiste-se ao aumento do número de pessoas que não têm acesso aos principais bens e serviços, designadamente água, eletricidade, gás, saúde, habitação, entre outros. Esta situação deve-se fundamentalmente às situações de desemprego que caracterizam a maior parte das famílias portuguesas que apresentam igualmente rendimentos insuficientes e qualificações escolares e profissionais baixas.

Importa ainda referir que os delegados referem o aumento de situações de discriminação e de representações sociais negativas face a determinados grupos, designadamente comunidades ciganas, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, desempregados, entre outros. Estas representações negativas acentuaram-se com o contexto de crise económica que caracteriza o nosso país atualmente.

Face a estas situações, as instituições sociais não conseguem igualmente dar resposta às necessidades que as famílias apresentam não só por causa da falta de financiamento mas pelo aumento do número de pessoas que se encontram nestas situações. Salienta-se igualmente a falta de respostas adequadas para estas situações. Verifica-se assim que a maior parte das instituições estão centradas numa intervenção assistencialista, uma intervenção que é necessária mas é insuficiente para combater a pobreza e a exclusão social.

Por isso, importa deixar a mensagem que a crise em Portugal ainda não passou e que diariamente vive-se e sente-se as consequências da crise económica e social. Infelizmente, a crise não é uma ilusão, é uma realidade que afeta diariamente a maior parte da população portuguesa.

3.2 - O que está a ser desenvolvido pelas pessoas que vivenciam situações de pobreza e de exclusão social para alterar estas situações?

As ações desenvolvidas pelas pessoas em situação de pobreza são diversas, no entanto, é necessário apostar na vontade política de concretizar esta luta e ser capaz de permitir a participação abrangente e corresponsável de todos os cidadãos.

Contudo, destacam-se algumas ações desenvolvidas pelos delegados que constituem a delegação portuguesa:

- Desenvolvimento de ações de sensibilização e de informação sobre as temáticas da pobreza e da exclusão social juntamente com a EAPN Portugal;
- Apostar num maior conhecimento da realidade para apresentar sugestões, pois *“Conhecendo podemos agir e atuar melhor com o outro”*, através de ações de formação e da partilha e intercâmbio com outras pessoas que vivenciam situações de pobreza e de exclusão social.

- Participam nos Conselhos Locais de Cidadãos promovidos pela EAPN Portugal onde têm a oportunidade de fazerem-se ouvir junto das entidades responsáveis, apresentando melhorias e contributos para as políticas sociais (definimos soluções para os nossos problemas).
- Intercâmbio de experiências pessoais e locais, participando ativamente como cidadãos na luta contra a pobreza através de ações de voluntariado e de grupos de participação.
- Associando-se a organizações que lutam contra a pobreza, disponibilizando o nosso tempo, a nossa experiência, as nossas ideias e contribuindo com o empenho nesta luta que deve ser uma luta de todos os cidadãos.
- Criando associações que possam dar apoio a pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade social. Um dos delegados é vice-presidente da Associação Parceiros da Amizade em Aveiro. Esta associação apoia pessoas imigrantes no acesso a determinados bens e serviços, reencaminhando para organizações que possam igualmente ajudar na atribuição de respostas sociais.

3.3 - O que acham que as autoridades responsáveis poderiam fazer para ajudar nessa mudança?

- Dando voz aos que mais diretamente experienciam a violência da pobreza, queremos expressar como esta pobreza se intensifica a cada dia que passa colocando em risco milhares de cidadãos, afetando de modo devastador os mais pobres, particularmente os que já o eram antes da crise, os desempregados, as crianças e os idosos. Ao mesmo tempo queremos manifestar também, sobretudo junto de quem decide e tem mais responsabilidades de governação, a nossa disponibilidade para um projeto coletivo que vise a erradicação da pobreza.
- Mais do que assistir pontualmente, com ações avulsas, é necessário concertar políticas para ações globais duradouras e justas. Temos de agir com outros valores e atitudes. Temos que olhar o futuro e fomentar em toda a sociedade uma cultura de justiça e de solidariedade.
- É importante incluir na agenda política de governação do país o objetivo da erradicação da pobreza; comprometendo-se com a definição de estratégias e metas para a eliminação da pobreza e que encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respectivo incumprimento.
- Os responsáveis políticos devem-se empenhar em garantir uma redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza, que deverá ser tomada em consideração, tanto na conceção das políticas económicas como das sociais, pois, a renúncia a mecanismos de redistribuição do rendimento impede a afirmação de um desenvolvimento sustentável e a manutenção e reprodução da pobreza;
- São necessárias reformas estruturais, uma vez que são muito limitados os resultados das medidas pontuais, por muito necessárias e urgentes que se apresentem; nomeadamente, que seja definido um rendimento adequado às necessidades fundamentais das famílias, que não seja calculado apenas com base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência mas, também, de proporcionar o acesso à educação, saúde, habitação, justiça e cultura. Um

rendimento que permita aos agregados familiares viver de forma digna e garantir uma vida minimamente justa e inclusiva.

- Uma clara inversão dos valores que estão subjacentes ao domínio político. É preciso devolver o poder aos cidadãos. São necessárias formas de democracia mais participativas, a todos os níveis e em todas as políticas. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e /ou exclusão social sejam ouvidas e incluídas. Precisamos de uma sociedade civil mais informada, mais pró-ativa, capaz de agarrar os grandes desafios que se colocam e manifestar-se nas instâncias devidas de forma firme e esclarecida. Esta aposta nesta mudança deve começar nas novas gerações e deve enformar a educação e formação cívica.

Sintetizando e tendo presente as palavras de um dos delegados *“garantir que os adultos tenham emprego e proteção social para as famílias mais vulneráveis. É primordial que esta causa seja NACIONAL E MUNDIAL. É necessário sensibilizar, incentivar e motivar, pedindo e exigindo esforço e empenho de todos nesta vital tarefa. Precisamos de responsabilização, sensibilidade, exemplaridade, solidariedade, ética e bom senso. A pobreza é uma violação profunda de todos os Direitos Humanos Fundamentais (civis, políticos, culturais, económicos e sociais). Investimento numa verdadeira cultura cívica de responsabilidade e de solidariedade entre os cidadãos e entre estes e o Estado e vice-versa.”*

3.4 - Como podemos promover a solidariedade entre países e entre diferentes grupos em situação de pobreza?

A solidariedade e a visão europeia baseada na paz, justiça, segurança e dignidade está a ser diariamente minada por uma redução da proteção social e dos apoios aos cidadãos. Por outro lado, as medidas que restringem, reduzem as prestações sociais e os direitos, “naturalizam” a situação, e remetem para os indivíduos a responsabilidade pela procura de soluções, desresponsabilizando a sociedade. **A Europa precisa de uma cultura de solidariedade entre os Estados membros e destes com o resto do mundo.** A Europa precisa urgentemente de um novo projeto europeu, aberto e transparente que envolva os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, quer a nível nacional quer a nível europeu. Um projeto que inclua um novo pacote de incentivos ao investimento nos serviços públicos e nas infraestruturas, de forma a gerar emprego e desenvolvimento sustentável; o acesso a empregos de qualidade e a luta contra o trabalho precário; o fortalecimento da proteção social e do rendimento mínimo, de forma a reduzir a pobreza e a melhorar a coesão social; o combate à desigualdade, através de políticas fiscais mais justas, combatendo a fraude e a evasão fiscal.

Agora mais do que nunca, **valores como a justiça, a solidariedade e a igualdade devem estar presentes na definição de novas políticas.** É necessário uma nova solidariedade e um novo contrato social, que dê a confiança e esperança às pessoas e à sociedade. Esta necessidade é urgente no contexto atual, visto que estamos perante um cenário onde impera cada vez mais o racismo e a discriminação.

É tempo de criarmos, de uma vez, por todas uma verdadeira cultura de solidariedade europeia e mesmo mundial. Estamos profundamente convictos de que o mundo tem necessidade de uma renovação cultural profunda e da redescoberta de valores fundamentais para construir com base nestes um futuro melhor (Ex. Carta Europeia de Valores). A grande questão, hoje, diz respeito à possibilidade de nascimento de um novo modelo de desenvolvimento e de organização social que tenha uma base social, económica, cultural e ambiental mais sustentável e uma forma de governação capaz de aprofundar a democracia e garantir a participação e coresponsabilização de todos os cidadãos.

3.5 – Identificação de itens/assuntos que devem constar da Proposta do Pilar Social da Comissão Europeia?

- Garantir a **Proteção Social a todos os cidadãos**, pois está é fundamental e urgente! É necessária a consolidação de políticas capazes de assegurar uma maior justiça fiscal e melhores políticas orientadas para combater a desigualdade.

- A definição de um **rendimento adequado às necessidades fundamentais das famílias**, que não seja calculado apenas com base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência mas também proporcionar o acesso à educação, saúde, justiça e cultura. Associado a este facto importa referir a necessidade de **uma redistribuição equitativa dos recursos e da riqueza** que deverá estar presente na definição das políticas económicas e sociais. Este facto poderá promover a afirmação de um desenvolvimento sustentável e não a manutenção e a reprodução da pobreza como se tem vindo a verificar ao longo dos tempos.

- **Promover uma participação alargada, em especial das pessoas em situação de pobreza**. Estas são as vozes mais importantes que podemos ouvir para conhecer os problemas mas ainda mais importantes para encontrar as soluções! A **Participação ativa das pessoas** quer no momento da realização dos diagnósticos, quer enquanto veículos para a valorização dos aspetos que se pretendem promover (testemunhos diretos), quer no acompanhamento e avaliação das ações/medidas/políticas (empowerment).

- Apostar em **políticas que promovam a taxa de natalidade**, travando a crise demográfica que a Europa está a enfrentar e que está a colocar em causa os sistemas de proteção social.

- Reorganização do mercado de trabalho, promovendo o crescimento com base em empregos de qualidade, remunerações justas, políticas de formação adequadas e incentivos para a inclusão de jovens e dos trabalhadores mais idosos. A este nível importa ter presente a participação da Economia Social.

Resumindo: é necessário ter presente uma ação integrada das 3 áreas centrais da estratégia de inclusão ativa: acesso a um rendimento adequado, a um mercado de trabalho inclusivo e o acesso a serviços públicos de qualidade.

3.6 – Apresentação de uma prática relacionada com os tópicos acima identificados

O Rendimento Social de Inserção é uma questão central nos direitos dos cidadãos, é uma questão de justiça social, de combate à desigualdade e à pobreza e portanto uma questão de cidadania. É um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por: a) um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; b) uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

Quem tem direito ao Rendimento Social de Inserção?

As pessoas ou famílias que necessitam de apoio para melhorar a sua integração social e profissional, que se encontrem em situação de carência económica grave e que cumpram as demais condições de atribuição.

- Se viver sozinho ou sozinha: a soma dos seus rendimentos mensais não pode ser igual ou superior a 178,15€.

-Se viver com familiares: a soma dos rendimentos mensais de todos os elementos do agregado familiar não pode ser igual ou superior ao valor máximo de RSI, calculado em função da composição do agregado familiar.

O valor máximo de RSI corresponde à soma dos seguintes valores, por cada elemento do agregado familiar:

- Pelo Titular 178,15€ (100%) do valor do RSI

- Por cada indivíduo maior 89,07€ (50%) do valor do RSI

- Por cada indivíduo menor 53,44€ (30%) do valor do RSI

O acesso à prestação RSI está dependente de o valor do património mobiliário e o valor dos bens móveis sujeitos a registo, do requerente e do seu agregado familiar, não serem, cada um deles, superior a 60 vezes o valor do indexante de apoios sociais. (25.153,20€).

As pessoas podem acumular o Rendimento Social de Inserção com os seguintes apoios: pensão social de velhice; pensão social de invalidez; pensão de viuvez; pensão de orfandade; complemento por dependência; complemento solidário para idosos; subsídio de renda de casa; bonificação por deficiência; subsídio por assistência de 3.ª pessoa; subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial; abono de família; abono pré-natal; subsídios no âmbito da parentalidade e adoção; subsídio de doença e subsídio de desemprego.

Em Portugal o desenvolvimento da medida encontra-se em linha com as tendências verificadas noutros países:

- Reforço da obrigação para disponibilidade para o trabalho, ou seja, o reforço do carácter coercivo em tempos de pouco trabalho, acentuando-se a vinculação a um mercado de trabalho secundário, precarizado e desvalorizado.

- Estreitamento do acesso e das componentes da medida (apoios complementares que frequentemente responderiam a dimensões básicas da vida).

- Os condicionalismos de acesso, os critérios de atribuição, ao tornarem-se mais burocráticos e mais exigentes, têm como resultado mais imediato a retirada de milhares de potenciais beneficiários ficando apenas aqueles que vivem em absoluta situação de pobreza.
- Alguns instrumentos afectos à medida (caso por exemplo das designadas atividades socialmente uteis) permanecem subavaliadas, isto é, continua a saber-se pouco para apreciar a sua efetividade. Por outro lado, sabe-se que a medida consegue apenas uma percentagem pouca significativa de sucesso no que respeita à inserção no mercado laboral, Sendo contudo difícil de estabelecer uma relação directa entre a “passagem” pela medida e a (re) inserção profissional. Contudo, os dados indicam-nos que o RSI dificilmente inverte as lógicas de inserção laboral, na maioria dos casos são os beneficiários com mais aptidões sociais, recursos, habilitações académicas que mais rapidamente conseguem essa inserção.
- As consequências das alterações que vêm sendo introduzidas designadamente quanto à definição da unidade familiar e ao uso de escalas de equivalência, têm tido repercussões no aumento efetivo da intensidade da pobreza, na redução do número de beneficiários, e no valor médio da prestação por pessoa, no aumento das taxas de pobreza infantil e na penalização de famílias com crianças.

3.7 – O que poderá ajudar a Proposta da Comissão sobre o Pilar Social (ou outras medidas idênticas) a obter maior visibilidade, envolvimento e suporte nacional?

- Criar diretrizes europeias que “obriguem” os Estados-membros a divulgar e a implementar as medidas a nível nacional, estabelecendo metas e parâmetros de avaliação.
- Integrar nas Estratégias Nacionais de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, mobilizando todas as políticas para este objetivo, juntamente com o compromisso de cada Estado-membro para a sua implementação.
- Criar plataformas nacionais que integrem os responsáveis pelos vários ministérios e pessoas em situação de pobreza e exclusão social, assumindo estes últimos o papel de embaixadores das medidas destas áreas.

Concluindo, a delegação portuguesa considera que é tempo de agir com uma energia e convicção renovadas. É tempo de, sem hesitações, proclamar a erradicação da pobreza como o único objetivo aceitável a nível nacional e europeu. É isto que esperamos: que passemos da utopia à prática!

4 – Mensagens da Delegação Portuguesa 2015

123 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza e exclusão social na União Europeia!

25% da população da União Europeia!

BASTA DE PALAVRAS!

É tempo de concretizar as ações!

Queremos uma clara mudança no paradigma que nos conduziu a esta situação. A União Europeia deve dar-nos um forte sinal de compromisso político e de esperança!

AGORA!

Novembro 2015